RELATÓRIO ANUAL
2016

PLANO CD

Previbayer
uma base sólida para o seu futuro

Índice

03 Mensagem aos Participantes

04 Retrospectiva 2016

05 Glossário

06 Qualidade de vida: como anda a sua?

08 Educação Financeira:
Plano BD e CD - Hora de conhecê-los melhor!

09 Demonstrações Contábeis

16 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

29 Demonstrativo de Investimentos

35 Relatório dos Auditores Independentes

37 Atas

Mensagem aos Participantes

Caro Participante,

É com muita satisfação que apresentamos nas próximas páginas o Relatório Anual de atividades da Previbayer, referente ao ano de 2016. Aqui você terá acesso a todas as informações sobre o seu plano.

Caso precise, estaremos à inteira disposição para esclarecer todas as suas dúvidas e explicar os números apresentados. Prezamos pela total transparência e queremos que você se sinta cada vez mais confortável para nos contatar sempre que precisar. Nosso objetivo é que você perceba a Previbayer como um dos seus melhores investimentos.

O ano de 2016 foi desafiador, mas em linhas gerais, tivemos um bom desempenho financeiro apesar de todos os problemas que o Brasil enfrentou em sua economia. O cenário político trouxe muita volatilidade e continuará trazendo. Ainda assim, dentro de nossa capacidade, entregamos aos nossos participantes grandes projetos. Dentre eles podemos citar a Migração do Plano BD para o CD, que será finalizada neste ano de 2017, e no Plano CD, um novo modelo de investimentos baseado no tempo que falta para sua aposentadoria, o chamado Ciclo de Vida.

Queremos reafirmar nosso compromisso em buscar sempre as melhores práticas e inovações e vamos continuar com esse objetivo ao longo dos próximos anos.

Conte conosco para construção do seu futuro.

Diretoria Executiva Previbayer

Lucas Nóbrega – Diretor Presidente
Williams Batista – Diretor Financeiro
Eder Correa – Diretor Administrativo

Retrospectiva 2016

ENTENDA OS INVESTIMENTOS EM 2016

Entenda um pouco mais sobre os resultados dos investimentos em 2016, bem como a rentabilidade dos Perfis de Investimentos. Boa leitura!

Durante o ano de 2016, passamos por várias mudanças políticas e econômicas - no Brasil e no exterior -, que geraram incertezas sobre o futuro. Sempre que falamos em incertezas, devemos ter em mente o impacto que acarretam nos investimentos.

Por exemplo: quando a empresa onde trabalhamos não está conseguindo vender o esperado – e, por consequência, não está gerando lucro -, temos incerteza sobre o resultado na participação de lucros e, nos casos mais graves, na continuidade da nossa vaga de trabalho. Com isso, normalmente controlamos mais os gastos e adiamos alguns planos, principalmente os que envolvem custos maiores, aguardando uma melhor ocasião para colocá-los em prática. Com as empresas, isso também ocorre, impactando nos novos investimentos como, por exemplo, em uma nova fábrica que deixa de ser construída, esperando-se a melhora da economia.

PRIMEIRO SEMESTRE:

No Brasil, no começo do ano, o destaque ficou por conta do Impeachment da Presidente da República Dilma Rousseff e da operação Lava Jato. Com isso, os investidores enxergaram um menor risco no País, fazendo com que a bolsa se recuperasse rapidamente (favorecendo todos os Perfis de Investimento, principalmente os que estão mais distantes da aposentadoria). A inflação, entretanto, permanecia alta, a economia continuava se retraindo e o novo Governo ainda precisava aprovar importantes medidas, para tentar estabilizar as contas públicas.

Lá nas "terras da rainha", o mundo se surpreendeu com a saída da Inglaterra da União Europeia. Esta foi a primeira vez que um país deixou de fazer parte do bloco econômico e o mercado ficou apreensivo com a repercussão, principalmente em relação a movimentos separatistas que poderiam surgir.

Outro destaque do cenário internacional foi a decisão dos Estados Unidos em não subir juros. Esses dois fatores tiraram um pouco o foco nas decisões internas e deram mais fôlego para o governo brasileiro aprovar as medidas necessárias para estabilizar a economia (favorecendo todos os Perfis de Investimento).

SEGUNDO SEMESTRE:

A economia continuou se contraindo, mas a inflação finalmente cedeu, indicando o início do ciclo de cortes na taxa básica de juros, a Selic (favorecendo todos os Perfis de Investimento, principalmente os que estão mais distantes da aposentadoria).

Mais perto do fim do ano, a economia brasileira continuou retraindo, com destaque para novos acontecimentos: Donald Trump foi eleito presidente dos Estados Unidos; teve início o ciclo de redução da taxa básica de juros e houve ampla discussão sobre a aprovação da PEC, que estabelece teto para os gastos públicos (todos os Perfis sentiram os impactos negativos da inesperada vitória do republicano, principalmente os que estão mais distantes da aposentadoria).

De forma geral, o ano de 2016 foi marcado pela melhora nas expectativas, com a interrupção de um ciclo vicioso, onde tudo apontava para baixo. Com isso, todos os Perfis de Investimento foram beneficiados, principalmente os mais distantes da aposentadoria. Confira os resultados:

APOSENTADO	0 A 10 ANOS PARA APOSENTADORIA	10 A 20 ANOS PARA APOSENTADORIA
15,86%	17,53%	19,95%

*O Perfil 20 ou mais anos para aposentadoria não tem histórico anual.

Atenciosamente, Equipe Previbayer.

Glossário

BALANÇO PATRIMONIAL

Registro contábil resumido do estado patrimonial de uma empresa ou Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), que apresenta os saldos credores e devedores num certo período. O documento deve demonstrar a exata situação econômico-financeira da Entidade e dar por encerradas as operações contábeis do período.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO

Apresenta os fatos contábeis modificativos do Ativo Líquido – adições e destinações – de cada Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela Entidade.

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Apresenta as destinações dos Planos de Benefícios Previdenciais e assistenciais geridos pela Entidade e da Gestão Administrativa, cuja soma resulta nos valores que aumentam ou diminuem o Patrimônio Social da Entidade.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Demonstração obrigatória que apresenta a composição das provisões técnicas de cada Plano de Benefícios Previdenciais administrados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC).

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Apresenta a composição e o valor do Ativo de cada Plano de Benefícios administrado pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), deduzido das obrigações operacionais e contingenciais, dos fundos não Previdenciais (fundo administrativo e fundo dos investimentos).

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

Apresenta os resultados administrativos consolidados, contendo a abertura das receitas e despesas administrativas comuns e específicas da Entidade na gestão dos Planos de Benefícios Previdenciais.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conjunto de demonstrativos financeiros que compõem o Relatório Anual de uma empresa.

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Radiografia das aplicações financeiras dos Planos de Benefícios feitas mensalmente pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), mas cuja divulgação para Participantes e Assistidos, por mudanças na legislação, passou a ser anual em 2006.

NOTAS EXPLICATIVAS

Informações mais detalhadas sobre assunções contábeis ou da operação em geral de uma empresa, que são adicionadas aos demonstrativos contábeis.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Ente contábil com a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), na forma do seu Regulamento.

Qualidade de vida: como anda a sua?

Com a rotina agitada e a necessidade de conciliar tantas responsabilidades, é preciso cuidado para não deixar a qualidade de vida em segundo plano, como um projeto sempre adiado.

Abaixo, confira uma série de questões que vão lhe ajudar a avaliar se você tem dedicado a este assunto a devida importância. APROVEITE!

1. Só vai ao médico quando está doente?

É recomendável a visita anual ao médico, para a realização de exames preventivos. Há uma série de problemas de saúde que você pode evitar. Cuide-se.

2. Pratica atividades físicas regularmente?

Se ainda não começou, pense nisso com atenção! Escolha uma atividade que lhe proporcione bem estar e comece o quanto antes. Não gosta de academia? Procure atividades ao ar livre, dance, pratique algum esporte, sempre com acompanhamento médico. O importante é não ficar parado. Corpo e mente agradecem.

3. Dorme pouco, todas as noites?

Há momentos na vida em que esta prática é necessária: ao conciliar estudo e trabalho, ou quando se tem filhos ainda pequenos. O importante é ter consciência de que este hábito não é nada saudável, procurando revertê-lo assim que possível.

4. Faz refeições bem rápidas, para ganhar tempo?

Dedique tempo para se alimentar, escolhendo muito bem o que você ingere. Mantenha uma dieta balanceada e evite falar de problemas ou aborrecimentos durante suas refeições. Fique longe dos exageros, reduza o açúcar e a gordura. Muito cuidado com a ingestão de bebidas alcoólicas e com o fumo.

5. Tem tempo para fazer o que gosta?

O segredo de uma vida saudável está no equilíbrio entre trabalho, tempo com familiares e amigos, lazer e momentos só para você. Inclua em seu dia a dia alguns momentos só para você. Escolha algo que lhe proporcione bem estar e invista nesse novo hábito.

6. Costuma se estressar com o trânsito, mais do que gostaria?

É quase impossível não ficar nervoso no meio do trânsito caótico, sobretudo nos horários de pico. Mas sua saúde é bem mais importante e deve ser preservada. Procure isolar-se da agitação. Ouça música, respire fundo e cultive a sua calma. Fuja do estresse.

7. Sente-se ansioso e impaciente, na maior parte do tempo?

Observe muito bem o seu dia a dia. É natural ter alguns momentos de irritação, mau humor e ansiedade, mas verifique se essas oscilações de humor não estão sendo muito frequentes.

8. Tira férias para descansar de verdade?

Muitas pessoas aproveitam as férias para resolver questões da casa, organizar tudo, solucionar pendências em família. Se este é o seu caso, procure dividir seu tempo em dois períodos: primeiro, dedique-se ao trabalho em casa, no menor prazo possível. Depois, nas semanas seguintes, tire férias de verdade. Seu corpo e sua mente precisam relaxar, desligar de fato, para que você retome o ritmo com maior bem estar.

9. Você tem o hábito de se planejar financeiramente?

O planejamento financeiro é um elemento importante para uma rotina saudável. Afinal, você consegue fazer melhor uso do dinheiro e viver em equilíbrio. Com toda a agitação e os compromissos do dia a dia, você ficaria muito mais nervoso se estivesse com suas contas em atraso, em total descontrole financeiro, concorda?

10. Evita fazer planos para o futuro?

Planejar o futuro, seja para realizar sonhos ou mesmo pensar na sua aposentadoria, é importante para assegurar a sua qualidade de vida. Quando você começa a pensar cedo neste assunto, tem mais tempo para se preparar e poupar para atingir seu objetivo. Com isso, acaba se sentindo mais tranquilo, pois está pensando na sua segurança e da sua família.

Educação Financeira

PLANOS BD E CD:
HORA DE CONHECÊ-LOS MELHOR!

Os Fundos de Pensão, ou Planos Fechados de Previdência Complementar, são destinados exclusivamente a alguns grupos. Geralmente, são oferecidos pelas empresas a seus funcionários.

O funcionamento destes planos é regido atentamente pela PREVIC, que fiscaliza as atividades e observa para que a legislação seja cumprida, sempre com base nas melhores práticas de governança corporativa estabelecidas para este segmento.

Este mercado está em constante evolução, em busca de ajustar-se às necessidades de seus Participantes, à situação econômica do País e às características da população, como o aumento da longevidade, por exemplo.

Por este e outros motivos, cada Entidade Fechada de Previdência Complementar conta com toda uma estrutura de governança para administrar seus Planos, ou Fundos de Pensão, de forma a oferecer, além de melhorias e ajustes necessários, novas opções para o planejamento de aposentadoria de seus Participantes.

Plano CD

O Plano CD é hoje uma tendência do mercado de Previdência. As letras CD são a abreviação de Contribuição Definida e esta talvez seja a principal diferença em relação ao Plano BD.

No Plano CD, é estabelecido um percentual de contribuição e o benefício a ser recebido na aposentadoria depende basicamente de três fatores: valor acumulado (resultado das contribuições do Participante e da Patrocinadora), prazo pelo qual o dinheiro ficará investido e rentabilidade obtida no período.

Isso significa que quanto mais você contribuir durante seu período de acumulação, contando com a contrapartida da Patrocinadora na contribuição básica, maior será seu benefício lá na frente.

Na hora de receber o benefício na aposentadoria, o Participante pode escolher a melhor opção (entre as disponíveis no Regulamento do Plano). Pode, por exemplo, receber um percentual de até 25% do seu saldo acumulado, em qualquer momento da sua aposentadoria.

Plano BD

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar no Brasil têm fechado seus Planos BD para novas adesões. É o caso da Previbayer: o Plano existe, porém não permite o ingresso de novos Participantes desde 2004.

Nos Planos de Benefício Definido, a renda a receber na aposentadoria é vitalícia e o Participante já sabe, ao longo do planejamento da sua aposentadoria, qual será o valor a receber mensalmente quando parar de trabalhar.

No Plano BD não há opção de retirada de percentual (como ocorre no CD).

Confira na íntegra as principais alterações nos regulamentos dos dois Planos, compreendendo melhor as características de cada um deles, através do link:

www.previbayer.com.br/pt/migracao/

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial – Ativo e Passivo

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
DISPONÍVEL	**502**	**620**
REALIZÁVEL	**1.644.236**	**1.438.777**
Gestão Previdencial	11	13
Gestão Administrativa	65	28
Investimentos	1.644.160	1.438.736
Fundos de Investimentos	1.633.518	1.427.119
Investimentos Imobiliários	4.662	4.760
Empréstimos e Financiamentos	2.930	3.808
Depósitos Judiciais / Recursais	3.050	3.049
TOTAL DO ATIVO	**1.644.738**	**1.439.397**

PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
EXIGÍVEL OPERACIONAL	**1.356**	**1.039**
Gestão Previdencial	**976**	**794**
Gestão Administrativa	379	242
Investimentos	1	3
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	**3.425**	**3.172**
Investimentos	3.425	3.172
PATRIMÔNIO SOCIAL	**1.639.957**	**1.435.186**
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.616.038	1.418.378
Provisões Matemáticas	1.599.763	1.417.220
Benefícios Concedidos	654.162	551.394
Benefícios a Conceder	945.601	865.826
Equilíbrio Técnico	16.275	1.158
Resultados Realizados	16.275	1.158
Superávit Técnico Acumulado	16.275	1.158
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	-
Fundos	23.919	16.808
Fundos Previdenciais	23.131	16.730
Fundos Administrativos	788	78
TOTAL DO PASSIVO	**1.644.738**	**1.439.397**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	**1.435.186**	**1.267.450**	**13**
1. Adições	**274.345**	**246.560**	**11**
(+) Contribuições Previdenciais	57.953	79.730	(27)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	211.449	163.416	29
(+) Receitas Administrativas	4.896	8	61.100
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	47	3.406	(99)
2. Destinações	**(69.574)**	**(78.824)**	**(12)**
(-) Benefícios	(65.341)	(75.415)	(13)
(-) Despesas Administrativas	(4.233)	(3.409)	24
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	**204.771**	**167.736**	**22**
(+/-) Provisões Matemáticas	182.543	162.990	12
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	15.117	154	9.716
(+/-) Fundos Previdenciais	6.401	4.587	40
(+/-) Fundos Administrativos	710	5	14.100
4. Operações transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A + 3 + 4)	**1.639.957**	**1.435.186**	**14**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano CD

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	**596.639**	**528.429**	**13**
1. Adições	**157.024**	**109.558**	**43**
(+) Contribuições	53.557	66.967	(20)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	103.467	42.591	143
2. Destinações	**(24.934)**	**(41.348)**	**(40)**
(-) Benefícios	(24.934)	(41.348)	(40)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	**132.090**	**68.210**	**94**
(+/-) Provisões Matemáticas	125.689	63.623	98
(+/-) Fundos Previdenciais	6.401	4.587	40
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	**728.729**	**596.639**	**22**
C) Fundos não previdenciais	**335**	**71**	**372**
(+/-) Fundos Administrativos	335	71	372

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido - Plano CD

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	**729.348**	**597.465**	**22**
Disponível	437	454	(4)
Recebível	396	577	(31)
Investimento	728.515	596.434	22
Fundos de Investimento	721.611	588.705	23
Investimentos Imobiliários	4.662	4.760	(2)
Empréstimos e Financiamentos	2.242	2.969	(24)
2. Obrigações	**284**	**755**	**(62)**
Operacional	284	755	(62)
3. Fundos não Previdenciais	**335**	**71**	**372**
Fundos Administrativos	335	71	372
4. Resultados a Realizar	**-**	**-**	**0**
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	**728.729**	**596.639**	**22**
Provisões Matemáticas	705.598	579.909	22
Fundos Previdenciais	23.131	16.730	38
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	**-**	**-**	**-**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Plano CD (Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	**71**	67	6
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.241	1.543	45
1.1. Receitas	2.241	1.543	45
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.172	-	100
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1	6	(83)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	25	1.537	(98)
Outras Receitas	43		
2. Despesas Administrativas	1.977	1.539	28
2.1. Administração Previdencial	1.810	1.437	26
2.1.1 Despesas Comuns	1.154	997	16
2.1.2 Despesas Específicas	656	440	49
Pessoal e encargos	14	-	100
Serviços de terceiros	470	331	42
Despesas gerais	111	109	2
Outras Despesas/ Tributos	61	-	100
2.2. Administração dos Investimentos	167	102	64
2.2.1 Despesas Comuns	43	5	760
2.2.2 Despesas Específicas	124	97	28
Serviços de terceiros	23	97	(76)
Contingências/ Tributos	101	-	100
3. Constituição/ Reversão de Contringências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	264	4	6.500
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	264	4	6.500
8. Operações Transitórias	-	-	0
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	335	71	372

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidado

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	**78**	**73**	**7**
1. Custeio da Gestão Administrativa	**4.943**	**3.414**	**45**
1.1. Receitas	**4.943**	**3.414**	**45**
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.820	-	100
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	2	8	(75)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	47	3.406	(99)
Outras Receitas	74	-	100
2. Despesas Administrativas	**4.233**	**3.409**	**24**
2.1. Administração Previdencial	**3.876**	**3.202**	**21**
Pessoal e encargos	1.535	1.116	38
Treinamentos/congressos e seminários	16	1	1.500
Serviços de terceiros	1.425	1.444	(1)
Despesas gerais	778	640	22
Depreciações e amortizações	-	1	(100)
Tributos	122	-	100
2.2. Administração dos Investimentos	**357**	**207**	**72**
Serviços de terceiros	133	207	(36)
Tributos	224	-	100
3. Constituição/ Reversão de Contringências Administrativas	**-**	**-**	**-**
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	**-**	**-**	**-**
5. Resultado Negativo dos Investimentos	**-**	**-**	**-**
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	**710**	**5**	**14.100**
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	**710**	**5**	**14.100**
8. Operações Transitórias	**-**	**-**	**-**
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	**788**	**78**	**910**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Provisões Técnicas - Plano CD

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	729.013	597.394	22,03
1. Provisões Matemáticas	705.598	579.909	22
1.1. Beneficios Concedidos	132.213	113.769	16
Contribuição Definida	132.213	113.769	16
1.2. Benefício a Conceder	573.385	466.140	23
Contribuição Definida	573.385	466.140	23
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	341.064	279.269	22
Saldo de contas - parcela participantes	232.321	186.871	24
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	23.131	16.730	38
3.1. Fundos Previdenciais	23.131	16.730	38
4. Exigível Operacional	284	755	(62)
4.1. Gestão Previdencial	283	753	(62)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1	2	(50)
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A PREVIBAYER SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, constituída em 23 de dezembro de 1982 e autorizada a funcionar pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira de caráter não econômico e sem fins lucrativos, em conformidade com as normas emanadas pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Os recursos atualmente administrados pela PREVIBAYER são oriundos de contribuições de patrocinadoras, participantes e rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e seguindo como pilar as determinações da política de investimentos de cada Plano de Benefícios.

A Entidade tem por finalidade, através dos planos de benefícios abaixo, assegurar aos funcionários, diretores e membros do Conselho de Administração da BAYER e de suas pessoas jurídicas vinculadas (patrocinadoras) complementação de proventos de aposentadoria e outros benefícios de natureza previdenciária, de acordo com o correspondente plano.

PLANO BENEFÍCIOS	SIGLA	CNPB	MODALIDADE [1]	PATROCINADORAS
Plano de Benefícios BD	Plano BD	1982.0029-56	BD	Symrise Aromas e Frangrâncias Ltda. [2] Bayer S.A.
Plano de Benefícios CD	Plano CD	2006.0056-11	CD	Schering do Brasil Química e Farmacêutica Ltda. Covestro Indústria e Comércio de Polimentos Ltda.

[1] Planos de Benefício Definido (BD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, sendo seu custo determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Planos de Contribuição Definida (CD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo da conta, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

[2] Em 10 de janeiro de 2006, a Symrise Aromas e Fragrâncias Ltda. solicitou retirada de patrocínio para o seu plano de benefícios, com data base de 31 de maio de 2005. O processo de retirada foi encaminhado à Secretaria de Previdência Complementar – SPC e foi homologado em 15 de dezembro de 2008, conforme Despacho da Diretoria nº 34 – Processo MPAS 44000.002266/2006-66. No decorrer do exercício de 2009 a Previbayer concluiu o respectivo processo, ficando pendente de pagamento dois participantes assistidos, que estão movendo processo judicial contra a retirada da patrocinadora. Até a data de 31 de dezembro de 2016 os respectivos processos ainda não foram julgados.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de agosto apresenta a seguinte posição:

PLANO	ATIVOS		ASSISTIDOS [1]		TOTAL	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Plano BD	556	628	1.041	992	1.597	1.620
Plano CD	4.426	4.418	576	536	5.002	4.954
Total	**4.982**	**5.046**	**1.617**	**1.528**	**6.599**	**6.574**

[1] Incluem pensionistas

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009; Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e alterações posteriores a essas normas.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, comum a ambas, segundo a natureza e a finalidade das transações.

– **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

– **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;

– **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

As eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizadas de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis de eliminações, entre outras, são "Superávit Técnico", "Déficit Técnico", "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e "Participação no Fundo Administrativo PGA" (Nota 13).

As demonstrações contábeis de 2016 foram integralmente aprovadas pela Diretoria Executiva e representantes do Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis estão resumidos em:

a) Ativo Realizável

– **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores, participantes e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, bem como depósitos judiciais/recursais realizados relativos às contingências da Gestão Previdencial.

– **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos.

– **Investimentos** – As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA e os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos, Créditos Privados, Ações e Fundos de Investimento

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço, sendo classificados nas seguintes categorias, conforme CGPC 04/2012:

a. Títulos para negociação – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício;

b. Títulos mantidos até o vencimento – Quando a intenção da Administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da Entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título. Estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

Os Derivativos são classificados e estão registrados pelo valor de mercado, sendo os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado dos investimentos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Investimentos Imobiliários

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações de acordo com a legislação vigente. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil remanescente fixado nos laudos de reavaliação, determinado por empresa ou profissionais legalmente habilitados.

Os ajustes de reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com o resultado.

III. Empréstimos

São operações com participantes devidamente autorizadas pela Política de Investimentos e Regulamento dos Empréstimos, seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária. O sistema de controles internos dessas operações permitem identificar os tomadores e os saldos atualizados individualmente.

Os empréstimos a participantes são atualizados pelo Índice INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acrescido de juros de 5% a.a.

IV. Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) – INSTRUÇÃO SPC N° 34, DE 24 DE SETEMBRO DE 2009 ANEXO A

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendos, adotando-se os seguintes percentuais (Nota 6d):

- 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- 75% para atrasos entre 241 e 360 dias e
- 100% para atraso superiores a 361 dias.

b) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

c) Exigível Contingencial

Decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Para as provisões de passivos contingentes a Entidade utiliza as definições do Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme definições a seguir, sobre as possibilidades de perdas:

- **Prováveis**: para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis**: somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- **Remotas**: não requerem provisão e divulgação.

d) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

e) Patrimônio Social

O Patrimônio Social consiste do acúmulo de recursos oriundos de seus participantes e patrocinadoras, e que tem como objetivo garantir o benefício futuro dos participantes vinculados aos Planos e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

f) Estimativas Atuariais e Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ao determinar estas estimativas levam-se em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas e premissas são:

– Ajustes a valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação: conforme informação de precificação disponibilizada através do agente custodiante.

– Investimentos imobiliários: reavaliados periodicamente, por consultoria contratada conforme legislação em vigor.

– Contingências: as probabilidades de êxito e valores econômicos são informadas pelos consultores jurídicos.

– Provisões matemáticas: calculadas atuarialmente por profissional responsável pelos Planos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

g) Impostos

I. Imposto de Renda

– Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei n° 11.053, que revogou a Medida Provisória n° 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5° dessa Lei, desde 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

– Em 5 de abril de 2013 foi sancionada a IN nº 1.343, que determina que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a título de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

II. PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

Desde do 1º semestre de 2010, a Entidade passou a depositar judicialmente e provisionar o tributo PIS, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal (Nota 6 e 8).

Tendo em vista os impactos da Lei nº 12.973/2014 no que diz respeito à tese jurídica de PIS e COFINS, que é objeto do questionamento no Mandato de Segurança impetrado pela Entidade, cessou-se o procedimento de depósito judicial da contribuição, efetuando o recolhimento desde competência de janeiro de 2015.

h) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência, exceto as contribuições de autopatrocinados dos planos Contribuição Definida e Benefício Definido, que são registradas pelo regime de caixa.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

i) Transferências entre Gestões

I. Gestão de investimentos

As receitas dos investimentos mensais (juros, ágio, prêmios, dividendos, lucros na venda etc.), deduzidas das despesas (imposto de renda, IOF, prejuízos na venda, deságio etc.), são transferidas para os programas de gestão previdencial e para o programa de gestão administrativa.

II. Gestão Previdencial

As contribuições específicas para custeio administrativo, quando previstas em plano de custeio, são transferidas mensalmente para o programa de gestão administrativa.

III. Programa de Gestão Administrativa

Este programa recebe valores transferidos do programa de investimentos, relativos ao resultado das aplicações do fundo administrativo disponível e ao custeio administrativo das despesas contabilizadas.

NOTA 4 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias transferidas à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e de Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

– **Gestão Previdencial**: são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, sendo que os custos comuns são rateados em função da quantidade de participantes de cada plano, e custeadas através de transferência de rentabilidade dos Investimentos, conforme orçamento;

– **Investimentos**: são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração de Investimentos, sendo custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos.

NOTA 5 – ATIVO REALIZÁVEL

a) Gestão Previdencial

PLANO	2016	2015
	DEPÓSITO JUDICIAL – ESFERAS CÍVEIS / TRIBUTÁRIOS	
Plano BD	11	13
Total	**11**	**13**

b) Gestão Administrativo

PLANO	2016				2015
	DESPESAS ANTECIPADAS	TRIBUTOS A COMPENSAR	OUTROS REALIZÁVEIS [1]	TOTAL	
Plano BD	20	2	-	22	28
Plano CD	-	-	43	43	-
Total	**20**	**2**	**43**	**65**	**28**

[1] Referem-se a custeio administrativo a receber.

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

a) Composição dos Investimentos

A Administração, através da Política de Investimentos, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de 5 anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários. A Entidade mantém contrato com o Banco Itaú Unibanco S.A., pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, para atuar como agente custodiante e como responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos, no tocante às operações de renda fixa, investimentos estruturados e de renda variável.

PLANO	2016					2015
	FUNDOS DE INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	EMPRÉSTIMOS	DEPÓSITOS JUDIAIS [1]	TOTAL	
Plano BD	910.805	-	688	3.050	914.543	842.010
Plano CD	721.611	4.662	2.242	-	728.515	596.434
PGA	1.102	-	-	-	1.102	292
Total	**1.633.518**	**4.662**	**2.930**	**3.050**	**1.644.160**	**1.438.736**

[1] Refere-se a depósito judicial - PIS (Nota 8).

PLANO	2016				2015
	RENDA FIXA	AÇÕES	MULTIMERCADO	2016	
Plano BD	-	-	910.805	910.805	838.122
Plano CD	400.485	82.894	238.232	721.611	588.705
PGA	-	-	1.102	1.102	292
Total	**400.485**	**82.894**	**1.150.139**	**1.633.518**	**1.427.119**

O Programa Ciclo de Vida tem como principal característica ajustar os investimentos de cada participante à sua idade e a seu momento atual, compreendendo suas necessidades e sua disposição ao risco de cada etapa de sua vida. Foram criados 4 perfis de investimentos:

– Perfil Aposentado;

– Perfil 0 a 10 anos para aposentar;

– Perfil de 10 a 20 anos para aposentar;

– Perfil 20 anos ou mais para aposentar.

O Ciclo de Vida conta com uma estratégia que busca proporcionar uma relação balanceada entre o risco e retorno ao longo do período de acumulação de capital. Optando pelo Ciclo de Vida, o participante será automaticamente enquadrado no perfil mais adequado a sua idade e ao tempo que ainda resta até a sua aposentadoria. Adicionalmente, caso não queira optar pelo Ciclo de Vida, o participante poderá escolher diretamente um dos perfis.

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, no Banco Itaú Unibanco S.A. e em outras Instituições Financeiras.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários:

PLANO **CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA**

PLANO BD	VALOR						
	CATEGORIA		VENCIMENTO			VALOR CONTÁBIL	
	PARA NEGOCIAÇÃO	ATÉ O VENCIMENTO	INDETERMINADO	DE 1 ANOS ATÉ 5 ANOS	ACIMA DE 5 ANOS	31/12/2016	31/12/2015
Fundo de Investimento	**65.774**	**845.721**	**(40)**	**65.774**	**845.721**	**911.455**	**838.283**
Fdo. Investimento - Exclusivo	**65.774**	**845.721**	**(40)**	**65.774**	**845.721**	**911.455**	**838.283**
Letras Financeiras do Tesouro	63.869	-	-	63.869	-	63.869	-
Notas do Tesouro Nacional	-	845.721	-	-	845.721	845.721	-
CDBs	1.905	-	-	1.905	-	1.905	-
Valores a Pagar/Receber e Caixa	-	-	(40)	-	-	(40)	-
Total	**65.774**	**845.721**	**(40)**	**65.774**	**845.721**	**911.455**	**838.283**

PLANO CD	VALOR					
	CATEGORIA	VENCIMENTO			VALOR CONTÁBIL	
	PARA NEGOCIAÇÃO	INDETERMINADO	DE 1 ANOS ATÉ 5 ANOS	ACIMA DE 5 ANOS	31/12/2016	31/12/2015
Fundo de Investimento	**399.262**	**322.791**	**352.314**	**46.958**	**722.063**	**588.836**
Fdo. Investimento - Exclusivo	**399.262**	**322.791**	**352.314**	**46.958**	**722.063**	**588.836**
Letras Financeiras do Tesouro	122.594	-	80.663	41.931	122.594	-
Letras do Tesouro Nacional	19.881	-	19.881	-	19.881	-
Notas do Tesouro Nacional	3.785	-	-	3.785	3.785	-
CDBs	18.358	-	18.358	-	18.358	-
Letras Finananceiras	144.503	-	144.503	-	144.503	-
Notas Promissórias	4.072	-	4.072	-	4.072	-
Swaps	(57)	-	(57)	-	(57)	-
Operações Compromissadas	35.969	-	35.969	-	35.969	-
Debêntures	50.157	-	48.925	1.242	50.167	-
Valores a pagar/receber e caixa	-	(76)	-	-	(76)	-
Cotas de Fundos	-	322.867	-	-	322.867	-
Total	**399.262**	**322.791**	**352.314**	**46.958**	**722.063**	**588.836**

c) Investimentos Imobiliários

DESCRIÇÃO	2016	2015 (1)
	PLANO CD	
Locadas a Terceiros	**4.662**	**4.760**
Custo	5.384	5.384
(-) Depreciação acumulada	(722)	(624)
Total	**4.662**	**4.760**

(1) Em setembro de 2015 ocorreu a venda do imóvel localizado na Rua Alexandre de Gusmão, Nº 522 - Capela do Socorro - São Paulo - SP, no valor de R$ 2.148 conforme laudo de avaliação datado em 1º de julho de 2015 pela Consultoria Actual Valuation & Technology Inteligência em Ativos Ltda.

A última reavaliação dos imóveis da Entidade foi realizada em 2014 pela Consultoria Actual Valuation & Technology Inteligência em Ativos Ltda, sendo a vida útil do imóvel avaliado em 45 anos.

d) Empréstimo

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a carteira de empréstimo é assim demonstrada:

DESCRIÇÃO	SALDO DEVEDOR	(PCLD)	2016	2015
Plano BD	688	-	688	839
Plano CD	2.242	-	2.242	2.969
Total	**2.930**	**-**	**2.930**	**3.808**

A partir de janeiro de 2016, por decisão da Bayer S/A, a Previbayer passou a não efetuar novas concessões de empréstimo a seus participantes ativos. Atualmente, a entidade concede empréstimos consignados à todos os aposentados, e aos participantes ativos das patrocinadoras Previbayer e Covestro.

NOTA 7 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

a) Gestão Previdencial

PLANO	2016				2015
	BENEFÍCIOS	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE BENEFÍCIOS	CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS A MAIOR	TOTAL	
Plano BD	8	671	14	693	513
Plano CD	-	281	2	283	281
Total	**8**	**952**	**16**	**976**	**794**

b) Gestão Administrativa

PLANO	2016				2015
	OBRIGAÇÕES COM SERVIÇOS DE TERCEIROS	RETENÇÕES A RECOLHER (1)	TRIBUTOS A RECOLHER (2)	TOTAL	
Plano BD	199	8	12	219	184
Plano CD	143	7	10	160	58
Total	**342**	**15**	**22**	**379**	**242**

(1) Referem-se ao recolhimento a liquidar no mês subsequente de IR, PIS/COFINS/ CSLL sobre a prestação de serviço.

(2) Referem-se ao recolhimento a liquiar no mês subsequente de PIS/COFINS.

c) Investimentos

PLANO	2016	2015
	EMPRÉSTIMOS (1)	
Plano BD	-	1
Plano CD	1	2
Total	**1**	**3**

NOTA 8 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

PLANO	2015	ATUALIZAÇÃO	2016
Plano BD (1)	3.172	253	3.425
Total	**3.172**	**253**	**3.425**

(1) Refere-se a auto de infração pelo não recolhimento referente aos anos de 1996 e 1997. Com a nova redação dada pela Lei n. 9.876, de 26 de novembro de 1999 ao art. 22 & 1º da Lei n. 8.812/91, passou a incidir as contribuições do PIS e da COFINS, sobre as entidades de previdência privadas abertas e fechadas. No entanto, ao contrário da COFINS, a contribuição ao PIS possui legislação específica, nesse sentido, tendo em vista a ação declaratória proposta pela Previbayer, com o objetivo do reconhecimento da imunidade, nos termos do art. 150, inciso VI "c" da Constituição Federal, exclusivamente para a contribuição ao PIS entende-se que se aplica à espécie o parágrafo 4º da Lei Complementar nº 07 de 7 de setembro de 1970; o art. 12 da Lei n. 9.532 de 10 de dezembro de 1997, e o disposto no inciso III, art. 13 da Medida provisória n. 2.158, de 24 de agosto de 2001, onde a contribuição para o PIS/PASEP, será determinada com base sobre a folha de salários, à alíquota de um por cento.

Embora a Entidade considere a autuação destituída de base jurídica e esteja discutindo judicialmente, conforme requerido pelas práticas contábeis, os autos de infração para os anos de 1996 e 1997, bem como os períodos não autuados, para os quais não existe processo judicial, relativos aos anos de 2010 a 2014, estão devidamente provisionados incluindo juros e encargos moratórios.

NOTA 9 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requerido, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

As provisões matemáticas apresentam a seguinte divisão:

I. **Provisões de Benefícios Concedidos** – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).

II. Provisões de Benefícios a Conceder – Correspondem à diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, quando aplicável.

b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas de 2016 consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

HIPÓTESE	2016	2015
	PLANO BD	PLANO BD
Taxa real anual de juros [1]	5,57% a.a.	5,57% a.a.
Crescimento real do salário	2,76% a.a.	2,76% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
- Salários	100%	100%
- Benefícios do Plano	100%	100%
- Benefícios do INSS		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	UP84 Modificada	UP84 Modificada
Tábua de Rotatividade	T-5 Service Table	T-5 Service Table
Método Atuarial	Agregado	Agregado

[1] Quando apurada a TIR dos Passivos, obteve-se, com nível de confiança de 93%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,57% a.a.. Assim, pode-se afirmar a convergência da taxa real de juros para o Plano BD, condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.
Sendo assim, a Previbayer e as Patrocinadoras do Plano BD optaram por manter a taxa real anual de juros máxima de 5,57% a.a. para a avaliação atuarial de 2016.

O Plano CD está estruturado na modalidade de Contribuição Definida. Desta forma, as provisões matemáticas são iguais aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Assim sendo, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes.

Os benefícios deste Plano são avaliados no Regime de Capitalização Individual, pelo método de Capitalização Financeira, sendo determinados pelos saldos de contas. O custeio do plano é definido no regulamento do plano e não há custo atuarialmente calculado para o plano, logo a evolução de taxas de custeio não varia em função do método atuarial.

c) Evolução

DESCRIÇÃO	SALDOS EM 31/12/2015	CONSTITUIÇÃO/ (REVERSÃO)	SALDOS EM 31/12/2016
Benefícios Concedidos	**551.394**	**102.768**	**654.162**
Plano BD	437.625	84.324	521.949
Plano CD	113.769	18.444	132.213
Benefícios a Conceder	**865.826**	**79.775**	**945.601**
Plano BD	399.686	(27.470)	372.216
Plano CD	466.140	107.245	573.385
Total	**1.417.220**	**182.543**	**1.599.763**

NOTA 10 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

a) Apuração do Resultado do Exercício

Representa os resultados acumulados obtidos pela Entidade e registrados na conta de resultados realizados. A composição da conta de resultados realizados, em 31 de dezembro, e a respectiva movimentação no exercício foi a seguinte:

PLANO	2015	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	2016
Plano BD	1.158	15.117	16.275
Total	**1.158**	**15.117**	**16.275**

b) Cálculo do Limite da Reserva de Contingência

Desde exercício de 2015, a Entidade passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para o equacionamento de déficit técnico do plano de benefício.

A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duração do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática.

O cálculo do limite da reserva de contingência do Plano BD foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2016	2015
	PLANO BD	PLANO BD
Saldo de Provisões Matemáticas (a) [1]	890.750	834.408
Cálculo do Limite da Reserva de Contingência		
Duração do Passivo do Plano acrescido de 10 pontos (b)	22,00	23,00
Limite do Superávit Técnico calculado pelo fator (a * b)	195.965	191.914
Limite do Superávit Técnico calculado em 25% das PM (a * 25%)	222.688	208.602
Limite da Reserva de Contingência (menor valor entre os limites)	195.965	191.914

[1] Provisões Matemáticas da parcela relativa a modalidade Benefício Definido.

Considerando que os planos apuraram Superávit Técnico Acumulado inferior ao limite, portanto, não constituindo Reserva Especial, e conforme Resolução CGPC 26/08 e alterações posteriores, os ajustes de precificação não se aplicam a estes planos. Caso fosse considerado, o valor do Equilíbrio Técnico Ajustado seriam na ordem de:

EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO	2016	2015
	PLANO BD	PLANO BD
a) Equilíbrio Técnico Contábil	16.275	1.158
b) (+/-) Ajuste de Precificação	18.570	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (= a+b)	34.845	1.158

NOTA 11 – FUNDOS

a) Fundo Previdencial

Composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento.

b) Fundo Administrativo

Corresponde ao valor apurado decorrente das sobras entre as contribuições para a cobertura das despesas administrativas e as despesas administrativas mensais efetivamente incorridas.

DESCRIÇÃO	2015	REMUNERAÇÃO	CONSTITUIÇÃO	(REVERSÃO)	2016
Fundos Previdenciais	**16.730**	**3.185**	**3.216**	**-**	**23.131**
Plano CD	16.730	3.185	3.216	-	23.131
Fundos Administrativos	**78**	**47**	**4.896**	**(4.233)**	**788**
Plano BD	7	22	2.680	(2.256)	453
Plano CD	71	25	2.216	(1.977)	335
Total	**16.808**	**3.232**	**8.112**	**(4.233)**	**23.919**

NOTA 12 – PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Previbayer Sociedade de Previdência Privada podem ser assim consideradas: os Participantes, as Patrocinadoras Bayer S.A.; Schering do Brasil Química e Farmacêutica Ltda.; Symrise Aromas e Fragrâncias Ltda e Covestro Indústria e Comércio de Polimentos Ltda, cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento dos Planos: Plano BD e Plano CD, para os seus empregados e Dirigentes; e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Previbayer Sociedade de Previdência Privada.

NOTA 13 – COMPOSIÇÃO DAS ELIMINAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DESCRIÇÃO	2016	2015
Participação no Plano de Gestão Administrativa	**788**	**78**
Plano BD	453	7
Plano CD	335	71
Participação no Fundo Administrativo PGA	**788**	**78**
Plano BD	453	7
Plano CD	335	71
Outros Realizáveis [1]	**60**	**506**
Plano BD	**60**	**506**
Outros Exigibilidades [1]	**60**	**506**
Plano BD	**59**	**34**
Plano CD	**1**	**472**

[1] Referente às transferências financeiras entre os Perfis de Investimentos.

NOTA 14 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Migração entre Planos

No exercício de 2016 a Previbayer iniciou o segundo processo de migração entre planos, cuja autorização foi dada pela Previc através da Portaria 345, de 29 de julho de 2016, conforme publicado no Diário Oficial da União. O objetivo é possibilitar os participantes ativos e assistidos a migração do Plano de Benefícios BD para o Plano de Benefícios CD, de forma facultativa, e ter acesso a um plano de benefícios alinhado com as melhores práticas de mercado e que possibilita a escolha de forma de recebimento de acordo com o saldo de conta acumulado nas condições estipuladas no regulamento do Plano CD.

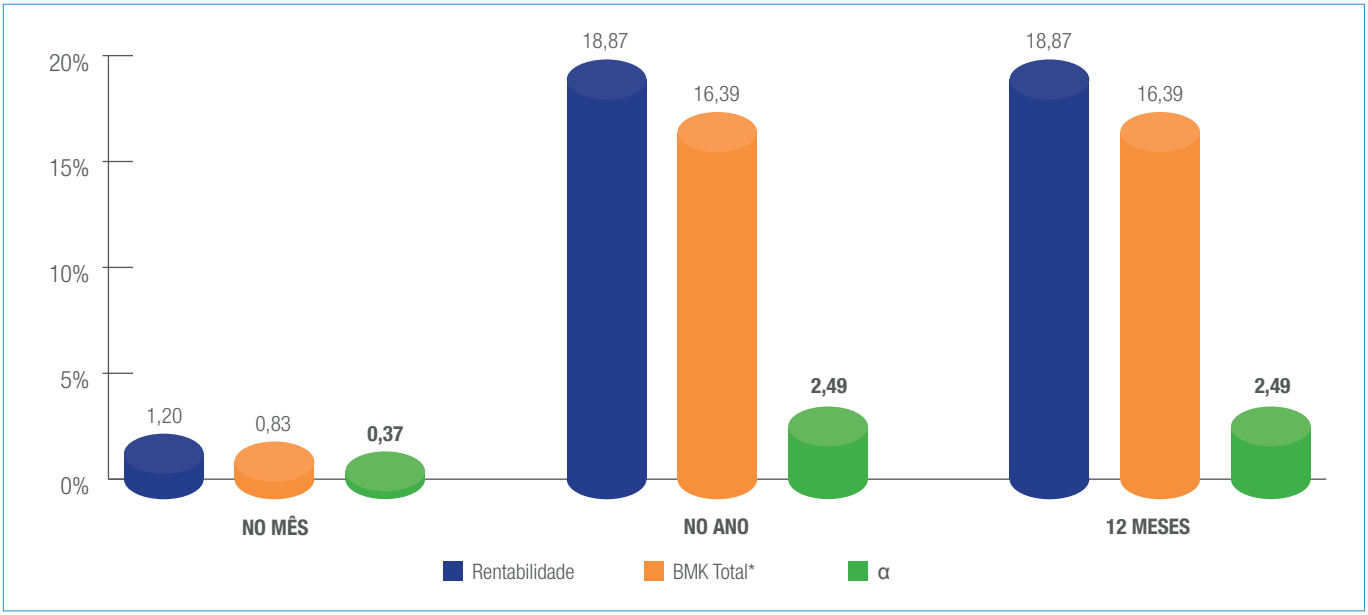
Lucas Ferraz Nóbrega
Diretor Superintendente
CPF: 347.905.718-74

Reginaldo José Camilo
Contador – CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Demonstrativo de Investimentos

Investimentos – Plano CD

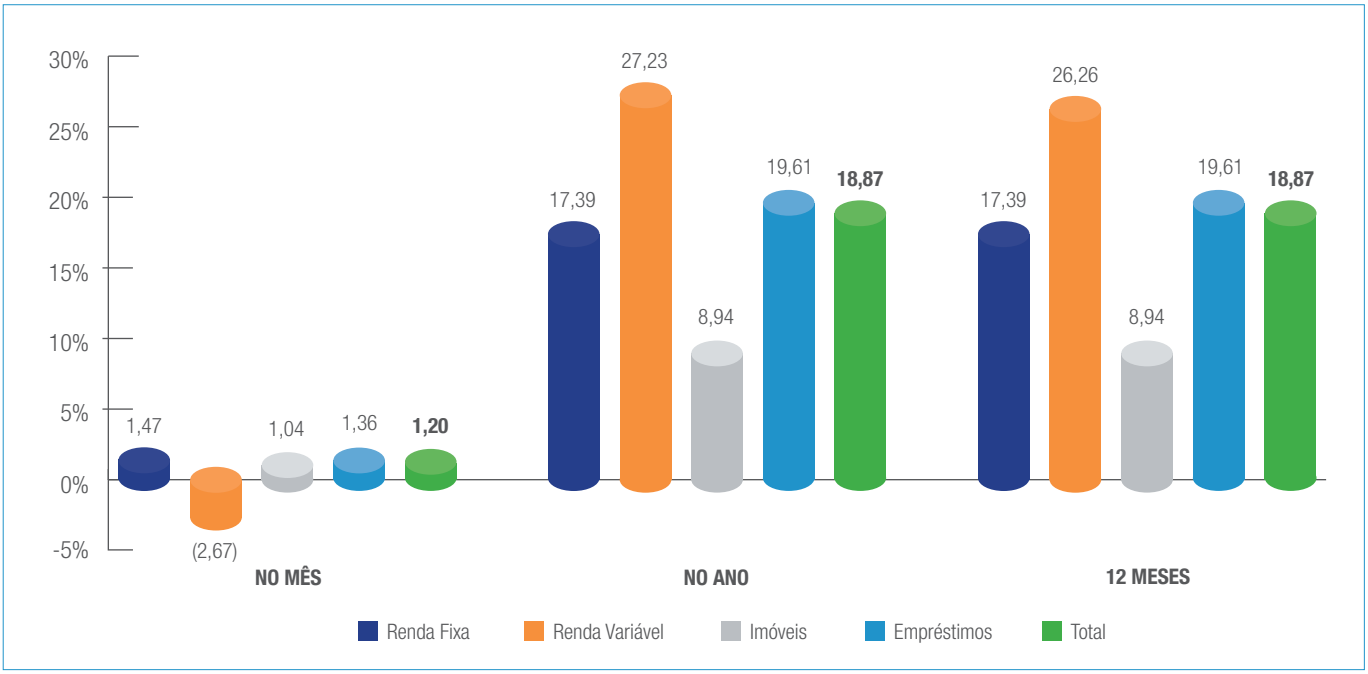
RENTABILIDADE CONSOLIDADA



SEGMENTOS	NO MÊS (%)	NO ANO (%)	12 MESES (%)
Rentabilidade	1,20	18,87	18,87
BMK Total*	0,83	16,39	16,39
α	**0,37**	**2,49**	**2,49**

* Baseado no centro da banda dos perfis.

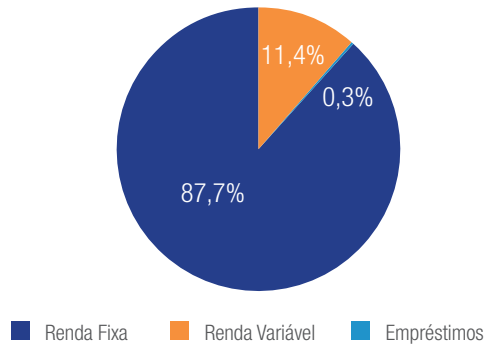
RENTABILIDADE POR SEGMENTO



SEGMENTOS	NO MÊS (%)	NO ANO (%)	12 MESES (%)
Renda Fixa	1,47	17,39	17,39
Renda Variável	(2,67)	27,23	26,26
Imóveis	1,04	8,94	8,94
Empréstimos	1,36	19,61	19,61
Total	**1,20**	**18,87**	**18,87**

PATRIMÔNIO POR SEGMENTO

SEGMENTO	VOLUME	% TOTAL
Renda Fixa	639.166.786,29	87,7
Renda Variável	82.894.296,19	11,4
Inv. Exterior	0,00	0,0
Imóveis	4.662.146,11	0,6
Empréstimos	2.242.148,23	0,3
Total	**728.965.376,82**	**100,00**



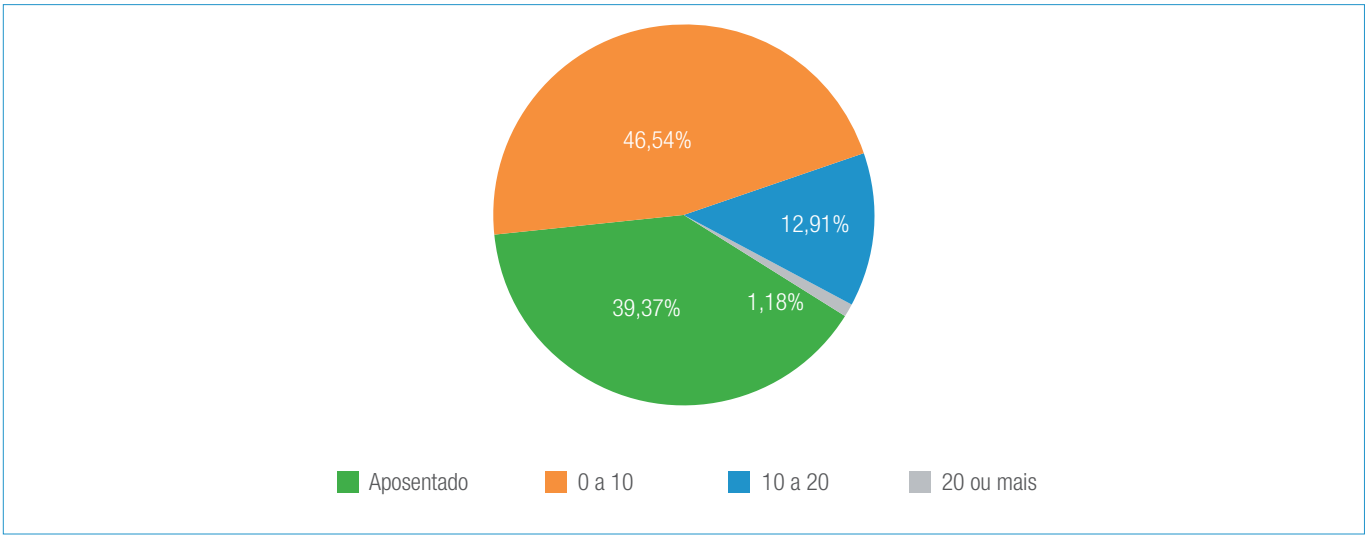
ÍNDICES DE REFERÊNCIA

ÍNDICES	NO MÊS (%)	NO ANO (%)	12 MESES (%)
CDI	1,12	13,99	13,99
BMK RF LP*	1,15	14,36	14,36
BMK RV (Ibov)	(2,71)	38,93	38,93
BMK TOTAL	0,83	16,39	16,39
POUPANÇA	0,69	8,30	8,30
INFLAÇÃO (IPCA)	0,30	6,29	6,29

* Benchmark Composto

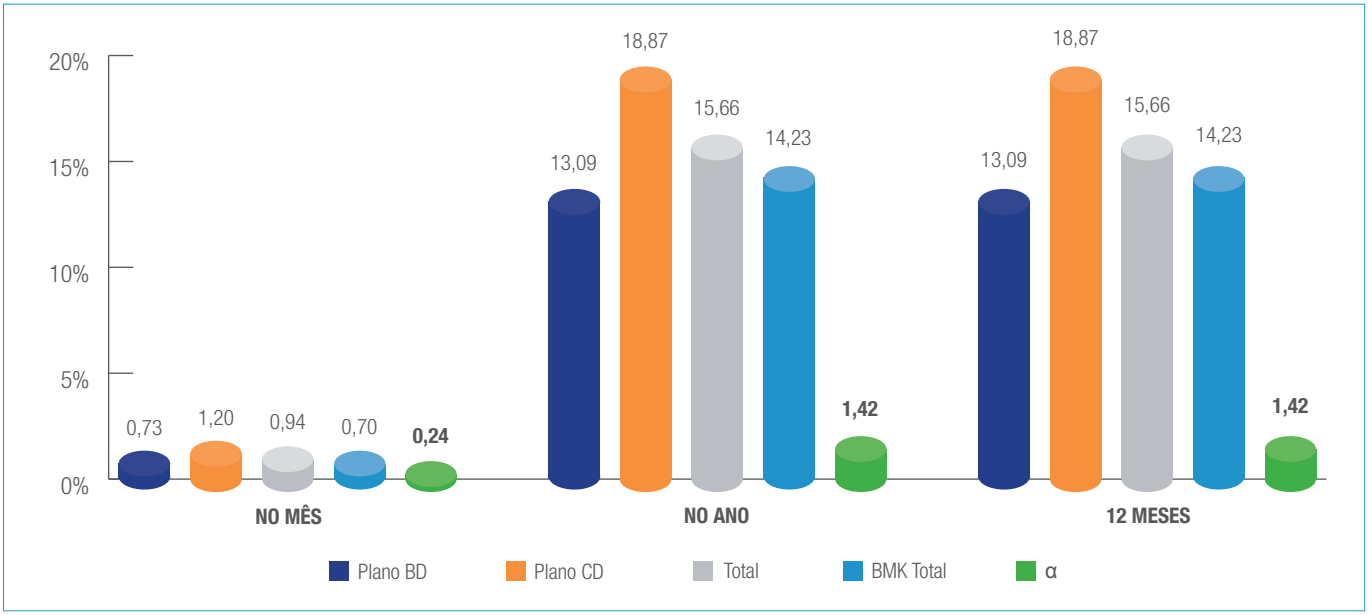
DISTRIBUIÇÃO PATRIMONIAL

SEGMENTO	APOSENTADO	0 A 10	10 A 20	20 OU MAIS
Renda Fixa	285.723.347,85	275.201.017,48	71.946.638,93	6.295.782,03
Renda Variável		58.692.477,04	21.920.373,18	2.281.445,97
Imóveis		4.662.146,11		
Empréstimos	1.291.874,30	730.917,40	208.920,46	10.436,07
Total	**287.015.222,15**	**339.286.558,03**	**94.075.932,57**	**8.587.664,07**
%	39%	47%	13%	1%



Investimentos – Consolidado

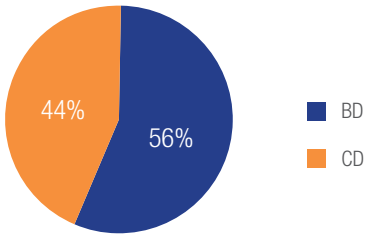
RENTABILIDADE CONSOLIDADA



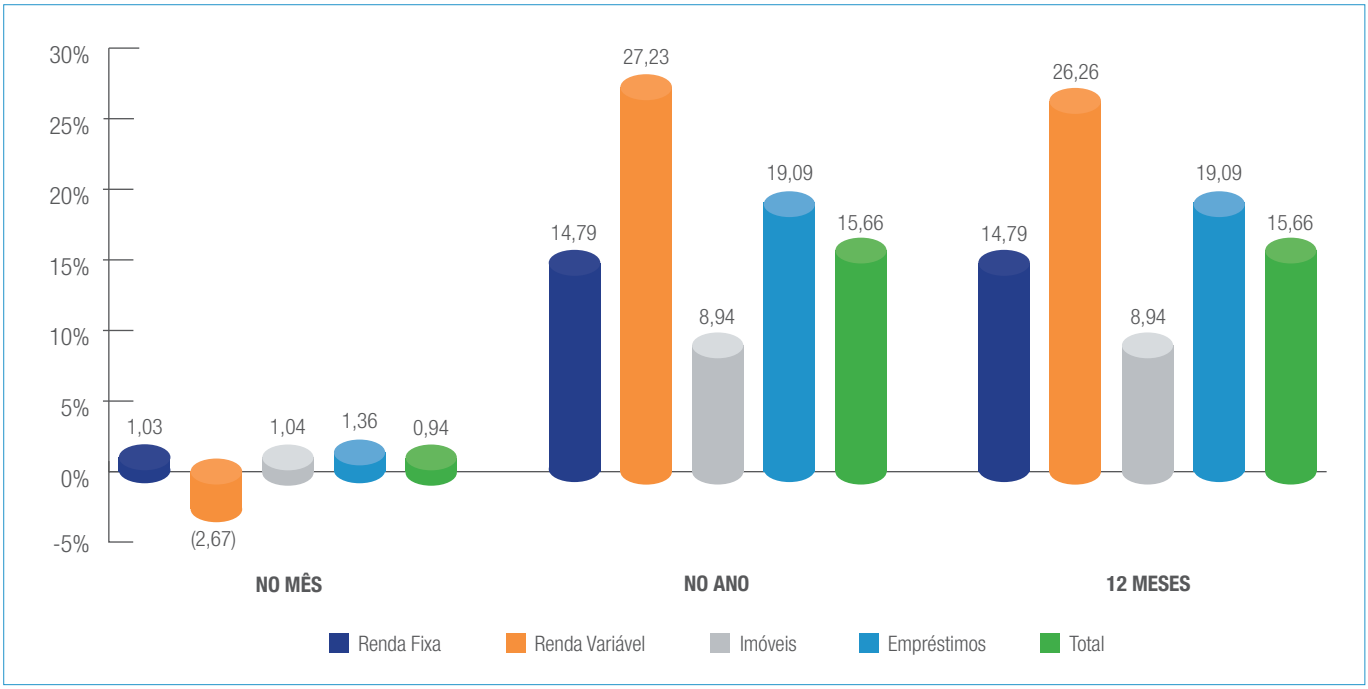
SEGMENTOS	NO MÊS (%)	NO ANO (%)	12 MESES
Plano BD	0,73	13,09	13,09
Plano CD	1,20	18,87	18,87
Total	0,94	15,66	15,66
BMK Total	0,70	14,23	14,23
α	**0,24**	**1,42**	**1,42**

PATRIMÔNIO POR PLANO

PLANO	PATRIMÔNIO
BD	912.141.878,20
CD	728.965.376,82
Total	**1.641.107.255,02**



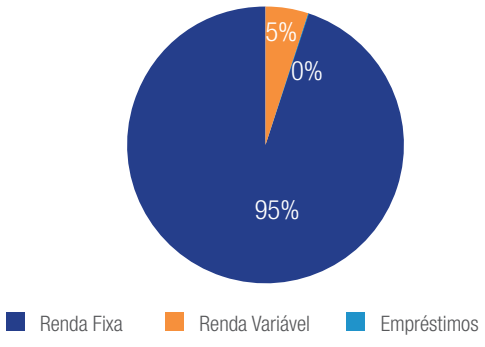
RENTABILIDADE POR SEGMENTO



SEGMENTOS	NO MÊS (%)	NO ANO (%)	12 MESES (%)
Renda Fixa	1,03	14,79	14,79
Renda Variável	(2,67)	27,23	26,26
Imóveis	1,04	8,94	8,94
Empréstimos	1,36	19,09	19,09
Total	**0,94**	**15,66**	**15,66**

PATRIMÔNIO POR SEGMENTO

SEGMENTO	VOLUME	% TOTAL
Renda Fixa	1.550.621.299,08	94,5
Renda Variável	82.894.296,19	5,1
Inv. Exterior	0,00	0,0
Imóveis	4.662.146,11	0,3
Empréstimos	2.929.513,64	0,2
Total	**1.641.107.255,02**	**100,00**



ÍNDICES DE REFERÊNCIA

ÍNDICES	NO MÊS (%)	NO ANO (%)	12 MESES (%)
CDI	1,12	13,99	13,99
BMK RF LP*	0,84	13,33	13,33
BMK RV	(2,71)	38,93	38,93
INPC + 5,67% a.a.	0,59	12,52	12,52
POUPANÇA	0,69	8,30	8,30
INFLAÇÃO (IPCA)	0,30	6,29	6,29

* Benchmark Composto

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Conselheiros, Diretores, Associados e Patrocinadores da
PREVIBAYER – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
São Paulo – SP

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da PREVIBAYER – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais dos planos de benefícios BD e CD, quais sejam: do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas, do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PREVIBAYER – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, em 31 de dezembro de 2016, e o desempenho de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

2. BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A Administração da PREVIBAYER é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório Anual e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar no presente caso.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são os órgãos estatutários com responsabilidades pela elaboração, supervisão e aprovação das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade dos planos de benefícios e de gestão administrativa, de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade bem como da perenidade de seus planos. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar à liquidação dos planos e/ou a descontinuidade dos negócios da Sociedade;

e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2017.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRCMG – 757

Nilton José Ribeiro
Contador CRCSP 1MG-043491

Ivo de Almeida Motta
Contador CRCSP 1MG-038018

Atas

Ata de Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesses, às 10:00 horas, na sede social da Sociedade, sita na Rua Domingos Jorge, nº 1100, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os integrantes da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Previbayer – Sociedade de Previdência Privada ("Sociedade"). Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Presidente do Conselho Deliberativo, Sr. Paulo Ricardo Brehmer Serem, que designou a mim, Lucas Ferraz Nóbrega, como Secretário da Mesa. Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente informou aos presentes a Ordem do Dia da Reunião: a) Política de Investimentos para o período de 2017 a 2021 dos Planos: Plano Bayer BD, Plano Bayer CD e Plano de Gestão Administrativa-PGA; e b) Aprovação do Orçamento Geral para 2017. Dando início à reunião e passando para o primeiro item da Ordem do Dia: a) o Sr. Presidente concedeu a palavra ao convidado da empresa I9ADVISORY, Sr. Diego Gatto Condado, que apresentou a política de investimentos proposta, com foco no que foi alterado em comparação o ano de 2016, explicou o que mudou com a mudança nos perfis de investimentos do Plano Bayer CD e falou sobre tendências e expectativas do mercado para o próximo ano; com relação à Gestão de Riscos, mostrou cada risco envolvido no processo, os impactos e as sugestões propostas com base no que foi decidido nos comitês de investimentos realizados, sendo as principais mudanças: i) com objetivo de reduzir a volatilidade dos resultados e melhorar a eficácia do modelo de análise gerencial do risco de mercado tomado pelo gestor, foi sugerido alterar o horizonte para 252 dias e não por 21 dias, como vem sendo feito até 2016; ii) ajustar os limites de alocação, por rating, previstos à realidade do mercado de crédito brasileiro; iii) Plano PGA e Plano CD possuem a políticas similares, sendo definido contabilmente o percentual a ser utilizado pelo PGA; e, para o Plano BD será mantido a mesma estratégia que está vigente. A apresentação específica da Política de Investimentos faz parte integrante desta Ata, através do ANEXO I; b) Dando sequência, presidente passou a palavra ao Sr. Fernando Cassola, que apresentou os resultados do Orçamento de 2016, comparando os valores realizados com os orçados e na sequencia a proposta do orçamento para o ano de 2017, além disso, foi sugerido a manutenção do percentual de 0,35% para a taxa administrativa, no próximo período, possibilitando incrementar o Fundo Administrativo que vem sendo constituído nos últimos anos. As planilhas detalhadas que dão suporte ao orçamento de 2017 são parte da presente ata, através do ANEXO II.

Após discussão e votação, os temas apresentados na Ordem do Dia foram aprovados sem reservas e restrições. O Sr. Presidente solicitou que os documentos fossem enviados aos membros do Conselho Deliberativo, para que seja deliberada sua aprovação.

ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA: Terminados os trabalhos, não existindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros.

Paulo Ricardo Brehmer Serem
Presidente da Mesa

Lucas Ferraz Nóbrega
Secretário

Diretoria Executiva:

Lucas Ferraz Nóbrega
Eder Jones B. Correa
Williams Lima Batista

Conselho Deliberativo:

Paulo Ricardo Brehmer Serem
Amaury Neves Cardoso
Maria Elizabeth Jabali Rello

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal

LOCAL, DATA, HORA E PRESENTES: aos 22 dias do mês de Fevereiro do ano de 2017, às 10:00 horas, na sede da Entidade, reuniu-se a totalidade dos membros do Conselho Fiscal da PREVIBAYER - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, abaixo indicados. MESA: Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Conselheiro Presidente deste Conselho Fiscal, Sr. Rafael Cury Dantas, que indicou a mim, Fernando Augusto Cassola de Almeida, para secretariá-lo. ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES: iniciados os trabalhos, o Sr. Presidente informou aos presentes que a reunião objetivava submeter à deliberação daquele colegiado as demonstrações contábeis dos Planos de Aposentadoria Bayer CD e Bayer BD, relativas ao exercício de 2016, as quais foram deliberadas em reunião da Diretoria nesta data e encontram-se registradas no respectivo livro de atas. Em conformidade com a ordem do dia, o Conselho Fiscal, por unanimidade, deliberou consignar parecer favorável às Demonstrações Contábeis consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas pela Diretoria Executiva da Sociedade, as quais foram devidamente submetidas à apreciação por auditores independentes. ENCERRAMENTO: Não havendo mais nada a ser tratado, determinou o Sr. Presidente que fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada, encerrando-se a presente reunião. (ass. Rafael Cury Dantas, Andrea Pregnolato e Eduardo Badyr Donni). Eu, Fernando Augusto Cassola de Almeida, na condição de secretário dessa reunião, certifico que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada no respectivo livro societário da entidade, a qual encontra-se assinada por todos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.

Fernando Augusto Cassola de Almeida
Secretário de Mesa

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo

LOCAL, DATA, HORA E PRESENTES: aos 22 dias do mês de Fevereiro do ano de 2017, às 11:00 horas, na sede da Entidade, reuniu-se a totalidade dos membros do Conselho Deliberativo da PREVIBAYER - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, abaixo indicados. MESA: Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Conselheiro Presidente, Sr. Paulo Ricardo Brehmer Serem, que designou a mim, Fernando Augusto Cassola de Almeida, para secretariá-lo. ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES TOMADAS: Instalada a reunião, por determinação do Sr. Presidente, procedi a leitura da Ordem do Dia, devendo os Srs. Conselheiros discutir e deliberar sobre os seguintes itens: **(a)** resultados obtidos em Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2016 dos Planos de Aposentadoria Bayer CD e Bayer BD e níveis de contribuições recomendados para o exercício subsequente; **(b)** Demonstrações Contábeis dos Planos de Aposentadoria Bayer CD e Bayer BD, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios e respectivas Notas Explicativas, as quais foram deliberadas em reunião da Diretoria nesta data e encontram-se registradas no respectivo livro de atas; e **(c)** outros assuntos de interesse da Sociedade. Em discussão do primeiro item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e aprovação dos Srs. Conselheiros os principais resultados obtidos na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2016, dos Planos de Aposentadoria Bayer CD e Bayer BD, elaborada pela Willis Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda., constantes do Demonstrativo Atuarial – DA de encerramento do exercício de 2016 e aprovados pela Diretoria Executiva da Sociedade, em Reunião Ordinária desta data e ora apresentados a este colegiado. Após tomar conhecimento do conteúdo da documentação, o Conselho aprovou o seu inteiro teor, destacando-se, em especial, os níveis de contribuição das Patrocinadoras à Sociedade, propostos para o exercício de 2017. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente colocou à apreciação e aprovação dos Srs. Conselheiros, os documentos citados no item (b) da Ordem do Dia, destacando que as Demonstrações Contábeis submetidas foram devidamente encaminhadas para apreciação por auditores independentes, assim como examinadas pelo Conselho Fiscal da Sociedade, em Reunião Ordinária desta data. Discutido o assunto, o Conselho deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar, sem restrições, as Demonstrações Contábeis e respectivas notas explicativas e, em decorrência, considerando o fato de que sobre as mesmas registrar-se-á parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, exonerar de responsabilidade sobre as contas do exercício, os membros da Diretoria Executiva da Sociedade. Os documentos objeto das deliberações supramencionados encontram-se registrados no respectivo livro de atas de reunião da Diretoria e foram devidamente rubricados em via original pelos Srs. Conselheiros e ficarão arquivados na sede da Sociedade. Finalmente, passando para o item “c” da Ordem do Dia, o Sr. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, sendo que ninguém se pronunciou. ENCERRAMENTO: Não havendo mais nada a ser tratado, determinou o Sr. Presidente que fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada, encerrando-se a presente reunião. (ass. Paulo Ricardo Brehmer Serem, Maria Elisabete Jabali Rello e Amaury Neves Cardoso). Eu, Fernando Augusto Cassola de Almeida, certifico que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada no respectivo livro societário da entidade.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.

Fernando Augusto Cassola de Almeida
Secretário da Mesa

Previbayer

uma base sólida para o seu futuro

R. Domingos Jorge, 1100 – Prédio 504 – Térreo
Socorro | São Paulo – SP | CEP 04779-900
Telefones: (11) 5694-7000 – 0800 818 2020
E-mail: previdencia@bayer.com
www.previbayer.com.br

Consultoria de Comunicação e Editorial:
Arte da Criação (11) 3567-2011 – www.artedacriacao.com